



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal



PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
Relatório de Gestão – Exercício 2010



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

Relatório de Gestão – Exercício 2010

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa nº 63/2010, Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010.

SÃO PAULO/SP, MARÇO DE 2011.



Polícia Rodoviária Federal

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ministro de Estado da Justiça
José Eduardo Martins Cardozo

Secretário-Executivo
Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração
Sylvio Rômulo Guimarães de Andrade Júnior

6ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Superintendente
João Bosco Ribeiro

Seção Administrativa e Financeira
Natanael Vitoriano do Prado

Seção de Recursos Humanos
Ingrid Garcia de Souza Santos

Seção de Policiamento e Fiscalização
Josias Inácio Lins

Corregedoria Regional
Waldiwilson dos Santos Pinto

Missão Institucional
Preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal

6ª SRPRF – 6ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal

LOA – Lei Orçamentária Anual

MJ – Ministério da Justiça

MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

PPA – Plano Plurianual

PRF – Polícia Rodoviária Federal

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

SUMÁRIO

Lista de Abreviaturas.....	4
Sumário.....	5
Sumário.....	6
Sumário.....	7
Introdução.....	8
1 – Identificação.....	9
1.1. Relatório de Gestão Individual.....	9
1.2. Estrutura organizacional da 6ª SR-SP/DPRF/MJ.....	10
2. Responsabilidades Institucionais.....	11
2.1. Competência Institucionais – papel na execução das políticas públicas.....	11
2.2 Objetivos Estratégicos.....	13
3. Estratégia de atuação frente às responsabilidades Institucionais.....	13
3.1 Análise do andamento do plano Estratégico.....	13
3.2 Análise do plano de Ação.....	14
4. Programas do Governo.....	15
4.1 Execução dos Programas de Governo.....	15
4.1.1 Programa 1386 – Desenvolvimento institucional da PRF:.....	15
4.1.2 Ação 8263 – Reforma de bases Operacionais e unidades da PRF.....	15
4.1.3 Ação 200G Construção e Ampliação de bases Operacionais e unidade.....	15
4.1.4 Ação 8698 – Manutenção e modernização dos sistemas de Tecnologia e Informação.....	16
4.1.5 Ação 200C – Aquisição de Veículos Especiais e aeronaves para policiamento da malha rodoviária.....	15
4.2 Programa 0663 – Segurança pública nas rodovias federais.....	16
4.2.1 Ação 2B11- Monitoramento, Controle e Fiscalização eletrônica da malha rodoviária federal.....	18
4.2.2 Ação 2524 – Capacitação dos Servidores do DPRF.....	19
4.2.3 Ação 2720 – Ações de caráter sigiloso na área de Segurança Pública.....	19
4.2.4 Ação 2723 – Policiamento ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais.....	19
4.2.5 Ação 2816 – Serviço de Inteligência da PRF.....	20
4.2.6 Ação 4290 – Atividades de Saúde nas Rodovias Federais.....	20
4.2.7 Ação 4641 – Publicidade de utilidade Pública.....	21
4.2.8 Ação 86A1 – Processamento e arrecadação de multas aplicadas pela PRF.....	21

4.2.9 Ação 8692 – Educação de Trânsito para usuários das Rodovias Federais.....	21
4.3 Programa 0750 – Apoio Administrativo.....	22
4.3.1 Ação 2000 – Administração da Unidade.....	23
4.3.2 Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.....	23
4.3.3 – Assistência pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados.....	24
4.3.4 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados.....	24
4.3.5 – Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados.....	24
4.3.6 Ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos Servidores Públicos Federais.....	25
4.3.7 Ação 20 CW – Assistência médica aos Servidores e Empregados – exames periódicos.....	25
5 – Indicadores Institucionais.....	26
5.1 Programa 0663.....	26
5.2 Programa 1386.....	26
5.3 Programa 0750.....	26
6 – Recursos Humanos.....	27
6.1 Informações sobre a composição de Recursos Humanos.....	27
7 – Policiamento e Fiscalização.....	30
7.1 Resultados das ações operacionais desenvolvidas.....	30
8 – Suprimento de bens.....	36
8.1 Leilão.....	40
8.2 Distribuição de pessoal mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra.....	41
9 – Área de Gestão.....	42
10 – Área de Inteligência e Segurança Orgânica.....	42
11 – Ações Relacionadas à Atividade meio do DPRF.....	42
11.1 Área de ações correcionais.....	42
11.2 Área de Administração.....	42
11.3 Área de Recursos Humanos.....	42
12 – Curso de Atualização de Gestores.....	43
12.1 Atualização em Levantamento de local de Acidente.....	43
12.2 Curso de Formação de Gestores para Desenvolvimento Profissional.....	43
12.3 Das ações para Educação para o Trânsito.....	43
13 – Funcionamento do Sistema de Controle Interno.....	45

13.1 Estrutura de Controle Interno da UJ.....	45
14 – Gestão Ambiental.....	48
15 – Renúncias Tributárias.....	50
16 – Informações Contábeis da Gestão.....	51
16.1 Declaração do Contador.....	51

INTRODUÇÃO

Instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, o presente Relatório de Gestão foi elaborado em consonância com a Instrução Normativa nº 63, de 1º de setembro de 2010, com a Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e Portaria TCU nº 277/2010, que deverá compor o relatório de Tomada de Contas Anual, relativamente ao exercício de 2010.

Este relatório visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos contemplados nos Programas de Governo 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais, 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal e 0750 – Apoio Administrativo, no exercício de 2010. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão, conforme já referido, exibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem assim o impacto alcançado em função das ações desempenhadas, considerando a estrutura atual atrelada aos recursos consignados e conseqüentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2010 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

Para a sua elaboração foram utilizados como instrumentos norteadores o Plano Plurianual (PPA), o Orçamento autorizado na LOA 2010 e os relatórios de atividade das diversas áreas da Administração central, das Superintendências e dos Distritos Regionais, o que possibilita uma perspectiva macro com acompanhamento setorizado, de sorte que a abordagem está centralizada na Gestão de Programas e Ações.

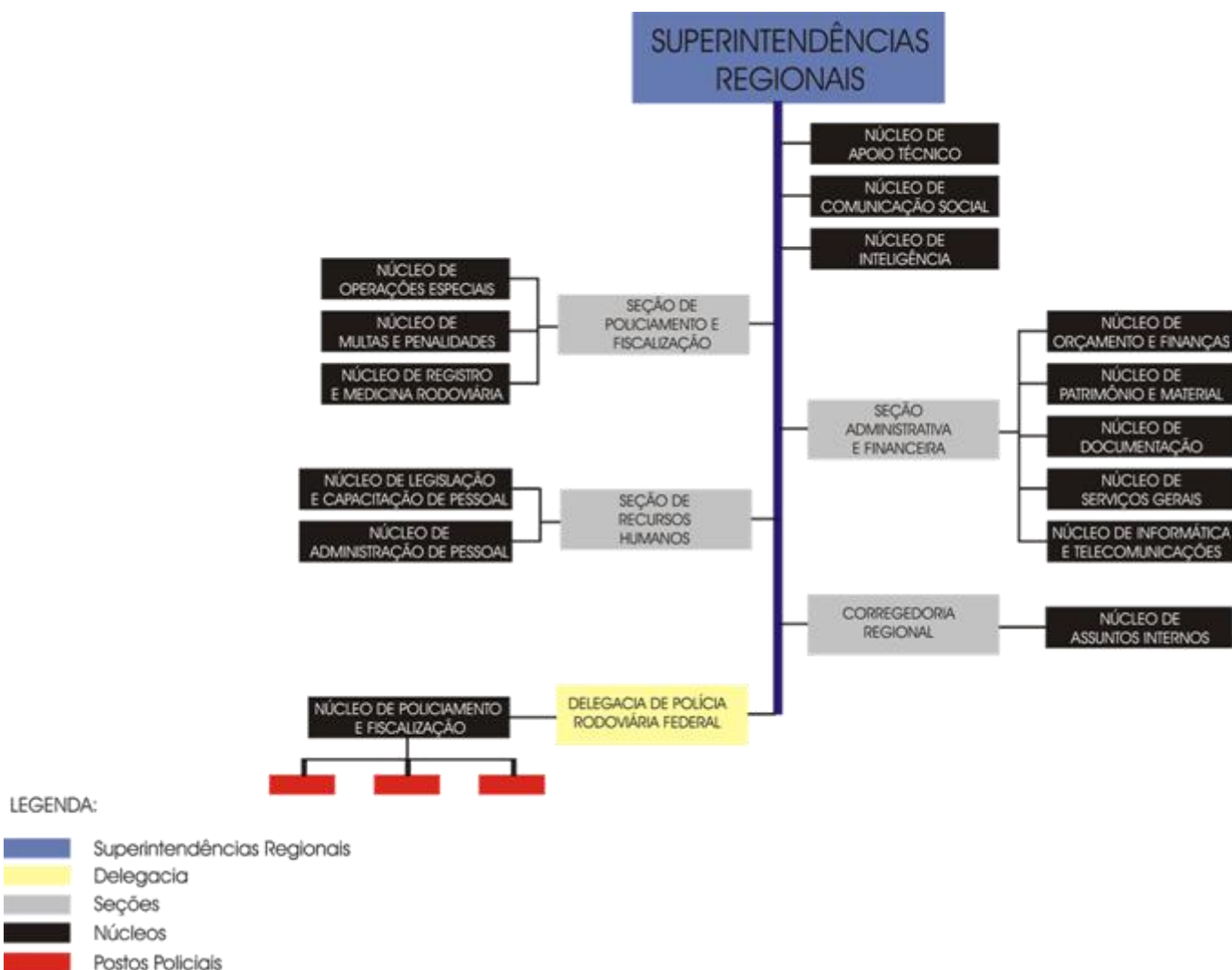
Com o presente documento, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de Preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

1. Identificação

1.1. Relatório de Gestão Individual

Identificação da Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa: 6ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal	
Denominação abreviada: 6ª SRPRF	
CNPJ: 00.393.494/0112-51	
Situação: Ativa	
Natureza jurídica: Órgão Público da administração direta do Poder Executivo	
Principal atividade: Segurança e ordem pública	
Telefones de contato: (11) 2795-2300	Fax de contato: (11) 2795-2345
Endereço eletrônico: ouvidoria@dprf.gov.br	
Página institucional na internet: www.dprf.gov.br	
Endereço Postal: RUA ENG. CIRO SOARES DE ALMEIDA, 150 , Vila Maria/SP – CEP 02167-000	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade de que trata o relatório de Gestão e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	
Competência definida pela Constituição Federal (Art. 144), pela Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, e pelo Regimento Interno, constante do Anexo da Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 06 de agosto de 2007.	
Unidades Gestoras utilizadas no SIAFI	
Código SIAFI	Nome
200117	6ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal.

1.2. Estrutura Organizacional da 6ª SR-SP/DPRF/MJ



2. Responsabilidades institucionais

2.1 Competências Institucionais

As rodovias federais representam fator estratégico na aplicação de qualquer programa nacional, pois representam o elo de integração nacional realmente consolidado pela capilaridade da Polícia Rodoviária Federal presente em todo o país em contato direto e, principalmente, identificado do Governo Federal com a população.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de consequências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos na população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos que contabilizam, indubitavelmente, cifras de bilhões de reais além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com uma ação mais efetiva para a redução das vítimas de acidentes, pode-se reduzir os gastos da previdência social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados em milhares de reais. Além do trânsito geral de veículos, é imperativo ressaltar a importância de ações focadas aos profissionais de transporte que fazem fluir quase a totalidade da produção e das riquezas de nosso país, pois é necessário prestar a assistência e a orientação de forma a que o serviço seja aperfeiçoado com o suporte da Polícia Rodoviária Federal, pois, atualmente, devido à insuficiência de recursos, esses profissionais estão praticamente abandonados no leito de nossas rodovias.

Há ainda necessidade de implementação de ações de segurança e educação de trânsito previsto pelo Código de Trânsito Brasileiro, pois a situação caótica do trânsito brasileiro somente será passível de reversão se forem adotados procedimentos de conscientização à população. Nesse aspecto, verificamos que, em decorrência dos erros dos objetivos estratégicos ocorridos nas décadas passadas, a Polícia Rodoviária Federal foi enfraquecida gradativamente na razão inversa ao crescimento da malha viária a ser patrulhada, ao acréscimo dos veículos em circulação, ao acréscimo dos condutores e pedestres em trânsito, ao crescimento da mercadoria em circulação e, conseqüentemente, ao alto crescimento da criminalidade. Esses fatores acabaram por contribuir de forma extrema com o fortalecimento desenfreado do crime em nosso País pela ausência de um poder fiscalizador efetivo nas nossas vias de ligação nacionais e internacionais, bem como do aumento da corrupção e da degradação dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal.

Atualmente verificamos a situação da violência e da criminalidade urbana e rural envolvendo também as "artérias" de nosso país e assolando a população em patamares extremamente críticos. O Brasil possui cerca de 87% de seu transporte efetuado pelo modal rodoviário segundo os dados da Confederação Nacional do Transporte, portanto é notável que, de uma forma ou outra, o crime também transitará e acontecerá na rodovia federal. Fica evidente também que os criminosos utilizam as rodovias para fugas, práticas delituosas, transporte de produtos e subsídios do crime, além de muitos outros. A situação-problema apresentada pelo cenário extremamente crítico da criminalidade é, em maior parte, ocasionada pela possibilidade de trânsito de materiais ilícitos e pessoas criminosas de uma local para outro em todo o País e, inclusive, no trânsito internacional.

O suporte logístico que financia e mantém o crime, embora possa chegar a portos e aeroportos, certamente transitará de uma forma ou outra por nossas rodovias federais, visto que a criminalidade não se sustenta ativa nesses locais - ela ocorre no seio de nossa sociedade. O simples aumento na ação de repressão nos locais de ocorrência da criminalidade não representa uma qualidade efetiva na ação do Estado, pois estará combatendo a consequência já instalada, sem uma

ação que evite que a sociedade seja vitimada por esses fatores, além do que o crime já estará interferindo na vida cotidiana da sociedade pelo combate entre polícia e criminosos, pois à medida que a polícia se reforça simplesmente para combater o crime, a criminalidade também se reforça para combater a polícia. Neste sentido, as ações focadas de combate à criminalidade nos grandes centros urbanos possuem certa efetividade momentânea e, normalmente, incipiente, pois, à medida que é realizado o combate ao crime em determinada localidade, as ações criminosas apenas migram para outro lugar de desenvolvimento. Portanto é necessária uma ação integrada de forma a combater o crime local e evitar que os criminosos possam transitar livremente por diversos pontos do nosso país em busca do local mais propício para o desenvolvimento de suas atividades.

Se por um lado possui programas de incentivo ao turismo, ao comércio e à integração nacional, por outro lado a grave situação de segurança pública nas rodovias federais afasta os turistas, os empresários, os transportadores e os elementos de integração de iniciativas que demandem o deslocamento por nossas vias nacionais pela simples sensação de insegurança proporcionada pelo alto índice de criminalidade e da insuficiente proteção promovida pela Polícia Rodoviária Federal em virtude da escassez de recursos materiais e humanos.

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem demasiadamente a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido, pois a facilidade de dispersão das informações referentes aos crimes pelo simples fato de que os dados referentes à ocorrência estarão distribuídos em inúmeras localidades. Criminosos de diversas localidades podem simplesmente "eleger" algum ponto da rodovia mais favorável de sua atuação, colocando à população sob permanente ameaça de uma ação criminosa. Outro fator se constitui na própria característica dos chamados crimes de trânsito, onde os veículos são utilizados como instrumentos para a execução de praticas delituosas, englobando, além dos crimes de trânsito, todo o crime configurado pelo transporte ilícito, como o tráfico de drogas e armas, o descaminho, o contrabando, o transporte irregular, dentre muitos outros.

Vários segmentos do crime podem ser combatidos de maneira otimizada nas rodovias federais pela inter-relação das ações criminosas, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, o trabalho escravo, a exploração sexual infantil (que se concentra às margens das rodovias), o tráfico de pessoas, o transporte de materiais irregulares e falsificados, etc. Os assaltos a cargas e passageiros em rodovias federais vêm crescendo a cada período, aumentando os valores do frete e do transporte com seguros, escoltas e proteções adicionais que refletirão nos custos a serem repassados ao consumidor final de bens e serviços, aumentando o custo de vida e o impacto econômico da sociedade.

Outros fatores identificados da situação social do país e campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, frequentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, bem como a necessidade da presença ostensiva do Estado caracterizada pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à Sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas. Por outro lado verificamos outro fator importantíssimo da constituição da segurança pública representada pela condição do trânsito de veículos e pessoas em nosso país. O foco de atuação deste programa está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o simplório atendimento da grave situação de segurança pública – é almejada a real segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade aliada a ações de inteligência policial com a execução de ações voltadas à prevenção e repressão ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

As ações desenvolvidas nas rodovias federais deverão ser integradas com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio-ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

A Polícia Rodoviária Federal é o único órgão de âmbito federal capaz de reduzir os graves parâmetros em que se encontra a situação da segurança pública de nossas rodovias federais e, em virtude de sua capilaridade por todo o território nacional, servir como articulador direto de operacionalidade de um plano nacional de segurança pública, pois é constituída de cerca de 500 unidades policiais e uma abrangência de ação de mais de 3500 municípios em todo o Brasil, bem como possui serviço direto, identificado e ininterrupto à sociedade durante as 24 horas do dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal possui a autossustentabilidade do órgão garantida por serviços prestados, arrecadação de multas e parcerias de cooperação técnica e financeira.

2.2 Objetivos estratégicos

Os objetivos estratégicos definidos para 2010 foram:

- Atingir ou superar a meta de redução de acidentes em rodovias federais, estipulada em **27,20** acidentes por 10.000 veículos;
- Atingir ou superar a meta de redução de mortalidade em rodovias federais estipulada em **1,51** mortos por 10.000 veículos;
- **Iniciar etapa para o planejamento estratégico DPRF 2011-2016;**
- **Implantação do sistema integrado de gestão;**
- **Participar da elaboração do planejamento estratégico de segurança pública;**
- **Participar da elaboração do planejamento estratégico do Ministério da Justiça**
- Acompanhar o projeto de reestruturação do DPRF ao MJ/MPOG
- Acompanhar o projeto de lei orgânica do DPRF ao MJ/MPOG

3. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

3.1 Análise do andamento do plano estratégico

Foi realizado no final de dezembro de 2010 reunião com todos os Superintendentes Regionais para a elaboração do Sistema de Planejamento e Gestão Estratégica, o qual utiliza a metodologia *Balanced Scorecard* alinhada à Gestão por Competências. Como consequência foi apresentado o Mapa estratégico da PRF para 2010-2015, além da Missão, Visão e Valores da Instituição.

3.2 Análise do plano de ação

As principais estratégias da PRF no ano de 2010 foram:

- Capacitação gerencial de todos os chefes de delegacia;
- Capacitação de todo efetivo nos módulos de abordagens e tiro;
- Melhorias nos Sistemas Gerenciais de Informação e no Sistema de Inserção de dados de acidentes (BR Brasil);
- Implementar o projeto de monitoramento de viaturas;
- Maximizar a utilização de radares fotográficos em trechos críticos de acidentes;
- Execução das obras dos projetos de reforma de postos contratados em 2008;
- **Capacitação de servidores a fim de habilitar os gestores e técnicos do DPRF a elaborarem o Sistema de Planejamento e Gestão Estratégica utilizando a metodologia *Balanced Scorecard* alinhada a Gestão por Competências da Polícia Rodoviária Federal.**

4. Programas de Governo

4.1 Execução dos Programas de Governo

4.1.1 Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 1386	Denominação: Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal
Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente Executivo	Ricardo Max de Oliveira Pereira – CGPLAM
Indicadores ou parâmetros utilizados	Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas
Público Alvo	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais

4.1.2 Ação 8623 – Reforma de bases operacionais e unidades da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
Descrição	Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.

4.1.3 Ação 200G – Construção e ampliação de bases operacionais e unidades

Tipo	Atividade
Finalidade	Prover a estrutura organizacional do DPRF de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas. Atender às novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, gerando condições físicas favoráveis à melhor aplicabilidade e representatividade do Estado em todas as Regiões Brasileiras, sob um foco estratégico.
Descrição	Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.

4.1.4 Ação 8698 – Manutenção e modernização dos sistemas de tecnologia da informação

Tipo	Atividade
Finalidade	Manutenir e modernizar os sistemas/equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações sobre rodovias, multas de processos, através da internet, correio eletrônico e outros meios disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc. Aquisição e instalação de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia do órgão. Aquisição de equipamentos de rádio comunicação, telefonia e rede de dados. Aquisição de computadores e demais equipamentos para as unidades operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação.

4.1.5 Ação 200C – Aquisição de veículos especiais e aeronaves para policiamento da malha rodoviária

Tipo	Atividade
Finalidade	Adquirir veículos e aeronaves que garantam a logística de transporte necessária ao patrulhamento das rodovias e estradas federais, ao combate ao crime e ao resgate de vítimas.
Descrição	Aquisição de viaturas e aeronaves de resgate, motocicletas tipo policial e demais viaturas especiais que se façam necessárias ao bom funcionamento da Polícia Rodoviária Federal.

4.2 Programa 0663 – Segurança pública nas rodovias federais

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0663	Denominação: Segurança pública nas rodovias federais
Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a prevenção e repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito
Objetivos específicos	Ação 2B11 – Monitoramento, controle e fiscalização eletrônica da malha rodoviária federal Ação 2524 – Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal Ação 2720 – Ações de caráter sigiloso na área de segurança pública Ação 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais Ação 2816 – Serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal Ação 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais Ação 4641 – Publicidade de utilidade pública Ação 86A1 – Processamento e arrecadação de multas aplicadas pela PRF

		Ação 8692 – Educação de trânsito para usuários das rodovias federais				
Gerente de programa		Hélio Cardoso Derenne				
Gerente Executivo		Alvarez Simões Filho				
Indicadores ou parâmetros utilizados		Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais; Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais; Sensação de Segurança nas Rodovias Federais.				
Público Alvo		Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa				Em R\$		
Dotação		Despesa empenhada	Despesa liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
326.344.554	701.823.554	581.417.088	377.501.444	193.958.995	344.439.284	
Informações sobre os resultados alcançados						
Indicador: Taxa de mortalidade nas rodovias federais						
Ordem	Indicador (unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Unidade	02/01/2007	1,51	1,35	1,40	1,29
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no ano relativo à 10.000 veículos da frota nacional.						
Análise do Resultado Alcançado						
O Indicador TAXA DE VARIAÇÃO DE ACIDENTES alcançou 98,40% e o Indicador TAXA DE MORTALIDADE 99,72%.						
A força de trabalho (efetivo), que a cada período reduz, principalmente por conta das aposentadorias, e a dotação orçamentária abaixo da necessária são os maiores óbices ao atingimento de todas as metas do Programa, principalmente quanto a ocorrência de acidentes. O quadro atual de cargos é de 13.098 policiais, sendo que há 9.181 preenchidos.						
As notificações das imposições de penalidade continuam sem serem envidadas. O crédito suplementar embora liberado não pode ser executado por falta de limite de empenho. Esse fato, além de frustrar a arrecadação e contribuir para a sensação de impunidade por parte dos infratores, impactará negativamente a Ação 86A1.						
A movimentação de efetivo a fim de reforçar as operações sazonais continuaram restando prejudicadas, em face da falta de recursos. Embora o produto da Ação 2723 (Procedimentos Realizados) tenha alcançado 141% de cumprimento da meta, a falta de recursos impediu a movimentação necessária a fim de permitir otimizar o trabalho operacional (Procedimento certo no lugar certo). Ressalta-se que quase a totalidade desses Procedimentos se referem a ação fiscalizadora preventiva.						
Continua pendente a aprovação da reestruturação do DPRF, pois os atuais cargos e funções de chefia estão aquém das demandas do órgão. O Processo para tal fim continua no Ministério do Planejamento, aguardando o aceno da Casa Civil para o encaminhamento final.						
Indicador: Taxa de variação de acidentes nas rodovias federais						
Ordem	Indicador (unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Unidade	02/01/2007	27,20	25,50	26,00	27,13
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de acidentes ocorridos nas estradas federais no ano por 10.000 veículos da frota nacional.						
Análise do Resultado Alcançado						
O Indicador TAXA DE VARIAÇÃO DE ACIDENTES alcançou 98,40% e o Indicador TAXA DE MORTALIDADE 99,72%.						

A força de trabalho (efetivo), que a cada período reduz, principalmente por conta das aposentadorias, e a dotação orçamentária abaixo da necessária são os maiores óbices ao atingimento de todas as metas do Programa, principalmente quanto a ocorrência de acidentes. O quadro atual de cargos é de 13.098 policiais, sendo que há 9.181 preenchidos.

As notificações das imposições de penalidade continuam sem serem envidadas. O crédito suplementar embora liberado não pode ser executado por falta de limite de empenho. Esse fato, além de frustrar a arrecadação e contribuir para a sensação de impunidade por parte dos infratores, impactará negativamente a Ação 86A1.

A movimentação de efetivo a fim de reforçar as operações sazonais continuaram restando prejudicadas, em face da falta de recursos. Embora o produto da Ação 2723 (Procedimentos Realizados) tenha alcançado 141% de cumprimento da meta, a falta de recursos impediu a movimentação necessária a fim de permitir otimizar o trabalho operacional (Procedimento certo no lugar certo). Ressalta-se que quase a totalidade desses Procedimentos se referem a ação fiscalizadora preventiva.

Continua pendente a aprovação da reestruturação do DPRF, pois os atuais cargos e funções de chefia estão aquém das demandas do órgão. O Processo para tal fim continua no Ministério do Planejamento, aguardando o aceno da Casa Civil para o encaminhamento final.

Indicador: Sensação de Segurança nas Rodovias Federais						
Ordem	Indicador (unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	%	01/01/2007	65,00	80,00	76,00	Sem apuração
Fórmula de Cálculo do Índice						
Percentual de pessoas que se sentem seguras/ total da amostra.						
Análise do Resultado Alcançado						
O Indicador Sensação (Percepção) de Segurança será aferido, caso a liberação do orçamento permita, após o Carnaval/11. Essa aferição não foi efetuada nos meses de novembro ou dezembro, como gostaríamos, em razão das restrições orçamentária, bem como não foi realizada em janeiro/11 em virtude das mesmas restrições.						

4.2.1 Ação 2B11 – Monitoramento, controle e fiscalização eletrônica da malha rodoviária federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, por meio da eliminação de pontos críticos a partir do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos e da otimização do uso da frota de viaturas, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito e criminalidade através da produção de dados e gerenciamento de informações.
Descrição	Planejamento e execução de atividades de contagem volumétrica de trânsito, controle de trânsito de veículos pesados, controle de velocidade, monitoramento de veículos e da frota de viaturas, implantação de novas tecnologias para fiscalização de veículos e de condutores e manutenção e aferição de equipamentos relacionados à ação.

4.2.2 Ação 2524 – Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Polícia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.
Descrição	Capacitação dos Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores, Tutores, Conteudistas, Palestrantes e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação de instrutores e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98, Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento, em disciplinas de conteúdo teórico e/ou decorrente de atualização normativa.

4.2.3 Ação 2720 – Ações de caráter sigiloso na área de segurança pública

Tipo	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.

4.2.4 Ação 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia. Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.
Descrição	Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realização de operações e comandos específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); intensificação do policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenção e atendimento de ocorrências de acidentes de trânsito; combate às infrações e crimes de trânsito; execução de escoltas, bem como credenciamento de empresas especializadas para tal fim; controle do trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciamento de empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros); manutenção e abastecimento de viaturas e aeronaves; execução e manutenção de atividades de Cinotecnia (operações com cães); realização de operações policiais e especiais

	para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, entre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim; realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros; prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.
--	---

4.2.5 Ação 2816 – Serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.
Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros. Diárias, Passagens, Locação de veículos e aquisição de Equipamentos / Sistemas utilizados nas operações de inteligência.

4.2.6 Ação 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.
Descrição	Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas a finalidade supracitada.

4.2.7 Ação 4641 – Publicidade de utilidade pública

Tipo	Atividade
Finalidade	Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assuma caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.

4.2.8 Ação 86A1 – Processamento e arrecadação de multas aplicadas pela PRF

Tipo	Atividade
Finalidade	Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte.
Descrição	A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos, até o recolhimento das multas aplicadas, tais como: locação de mão-de-obra, máquinas e equipamentos, contratação de empresas de processamento de dados e ou desenvolvimento de sistemas, envio de notificações e correspondências, apoio administrativo e financeiro as Comissões de Análise de Defesa da Autuação - CADA e Juntas Administrativas de Recursos de Infrações JARI, pagamento de JETON às JARIs e outras decorrentes de convênios, como DETRANs. Pagamento de despesas decorrentes de convênios, acordos e contratos.

4.2.9 Ação 8692 – Educação de trânsito para usuários das rodovias federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais.
Descrição	Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias. Pagamento de diárias e passagens e aquisição de material didático.

4.3 Programa 0750 - Apoio Administrativo

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo			
Tipo de programa		Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais			
Objetivo geral		Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos			
Objetivos específicos		Ação 2000 – Administração da Unidade Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus dependentes Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais Ação 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos			
Gerente de programa		Não Existe			
Gerente Executivo		Não Existe			
Indicadores ou parâmetros utilizados		Não Existe			
Público Alvo		Governo			
Informações orçamentárias e financeiras do Programa				Em R\$	
Dotação		Despesa empenhada	Despesa liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
52.387.117.434	52.955.516.078	51.975.320.824	50.867.061.604	1.273.750.915	50.560.368.301
Informações sobre os resultados alcançados					
<p>Esse Programa contempla despesas obrigatórias (pessoal ativo, assistência médica e auxílios alimentação, creche e transporte), cuja execução independe de transferência de limite orçamentário, as quais foram atendidas plenamente. De outro turno, as despesas discricionárias (Ação 2000 – Administração da Unidade) não foram integralmente atendidas devido à insuficiência de recursos,</p>					

4.3.1 Ação 2000 – Administração da unidade

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	<p>A atividade Padronizada da administração na Unidade substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.</p> <p>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p> <p>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</p>

4.3.2 Ação 2004 – Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusivamente para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.

4.3.3 Ação 2010 – Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.

4.3.4 Ação 2011 – Auxílio-transporte aos servidores e empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscais e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

4.3.5 Ação 2012 – Auxílio-alimentação aos servidores e empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados, ativos, de acordo com a Lei nº 9.527/97, ou mediante requisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio de manutenção de refeitório.

4.3.6 Ação 09HB – Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

4.3.7 Ação 20CW – Assistência médica aos servidores e empregados – exames periódicos

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores e empregados condições pra manutenção da saúde física e mental..
Descrição	Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública, autárquica e fundacional e das empresas estatais dependentes, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.

5. Indicadores Institucionais

5.1 Programa 0663

Para o Programa 0663 foram definidos como indicadores a Sensação de Segurança, verificada a partir da Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais e da Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais.

A Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais decorre da análise do número de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no ano relativo à 10.000 veículos da frota nacional (efetividade), tendo como responsável pelo cálculo a Coordenação Geral de Operações.

No que tange a Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais, faz-se análise do número de acidentes ocorridos nas estradas federais no ano por 10.000 veículos da frota nacional (efetividade), sendo responsável pelo cálculo a Coordenação Geral de Operações.

A Sensação de Segurança resulta da verificação do percentual de pessoas que se sentem seguras a partir do levantamento de determinada amostra (efetividade), mediante pesquisa conduzida pela Coordenação Geral de Operações.

5.2 Programa 1386

Para o Programa 1386, adota-se como indicador o Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas, com o qual se pretende medir percentual de unidades com estrutura física, de dados, de comunicações e de viaturas adequadas (eficácia).

5.3 Programa 0750

Não há indicador.

6. Recursos Humanos

6.1 Informações sobre a composição de recursos humanos

ATOS	QUANTIDADE	REGISTROS NO SISAC - QDE
Admissão	0	
Desligamentos	3	
Aposentadoria	8	
Pensão	7	

DESCRIÇÃO	2010	
	QUANTIDADE	DESPESA
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na unidade	570	
Funcionários Contratados – CLT em exercício na Unidade		
Total Pessoal Próprio		

DESCRIÇÃO	2010	
	QUANTIDADE	DESPESA
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo		

DESCRIÇÃO	2010	
	QUANTIDADE	DESPESA
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)		

DESCRIÇÃO	2010	
	QUANTIDADE	DESPESA
Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	41	
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	26	
Pessoal Terceirizado Outras Atividades	7	
Estagiários	70	
Total		

DESCRIÇÃO	2010	
	QUANTIDADE	DESPESA
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus		
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus		
Total Pessoal Requisitado na Unidade		

DESCRIÇÃO	2010	
	QUANTIDADE	DESPESA
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	1	
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus		
Total Pessoal Cedido pela Unidade		

DESCRIÇÃO	2010	
	QUANTIDADE	DESPESA
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	460	
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	83	
Total Geral	543	

DESCRIÇÃO	2010	
	QUANTIDADE	
Removido para outros Estados	14	
Removido para SP	3	
Desligamento / Vacância	1	
Desligamento / Exonerado a Pedido	1	
Desligamento / Demissão	1	

7. Seção de Policiamento e Fiscalização

7.1 Resultados das ações operacionais desenvolvidas

	2010
ARMAS APREENDIDAS	QUANTIDADE
Revólver	23
Pistola	43
Rifle	0
Espingarda	2
Carabina	0
Sub-metralhadora	0
Armas brancas	3
Outras armas de fogo	5
TOTAL	76

	2010
MUNIÇÕES	QUANTIDADE
Cal. 22	339
Cal. 32	0
Cal. 38	143
Cal. 40	88
Cal. 45	0
762	0
765	0
Cal. 9 mm	442
223/556	2755
Outras munições	464
TOTAL	4231

	2010
DROGAS	QUANTIDADE
Cocaína (kg)	705,09
Maconha (kg)	199,15
Merla (g)	0
Crack (g)	260175
Lança Perfume (frasco)	144
Anfetaminas, Barbitúricos (un)	15
Pés de maconha erradicados	0
Outras drogas	31601

	2010
VEÍCULOS	QUANTIDADE
Recuperados (produto de ilícito)	308
Apreendidos (restrição judicial)	30
TOTAL	338

	2010
PRODUTOS CONTROLADOS	QUANTIDADE
Dinamite (un.)	0
Granada (un.)	0
Pólvora (kg)	0
Fogos de Artífício (un.)	0
Outros produtos controlados	0

	2010
DOCUMENTOS APREENDIDOS	QUANTIDADE
Cédula de Identidade falsa	0
CNH (suspeita de falsificação ou adulteração)	19
Passaporte falsificado	0
Cartão de Crédito falsificado/adulterado	0
Cédulas Falsificadas	0
CRLV (suspeita de falsificação ou adulteração)	40
Outros documentos	0
TOTAL	59

	2010
CRIMES AMBIENTAIS	QUANTIDADE
Animais Silvestres (un)	23
Madeira (m ³)	0
Carvão (m ³)	123
Pescado (kg)	1150
Transporte de substâncias tóxicas (un, kg ou l)	2
Outros crimes ambientais	1133

	2010
CARGA RECUPERADA	QUANTIDADE
Cigarros (pacotes)	0
Medicamentos (un)	0
Alimentos (kg)	18220
Bebidas (litro)	28789
Combustíveis (litro)	1350
Equipamentos Eletrônicos e Informática (un)	26
Fitas e CD's (un)	5
Outros	24097

	2010
PESSOAS DETIDAS	QUANTIDADE
Flagrante /TCO / Mandado	1492
Termo de encaminhamento	0
Estrangeiros ilegais	0
Ato Infracional (menores)	19
TOTAL	1511

	2010
INTERVENÇÕES EM CRIMES	QUANTIDADE
Assalto a ônibus	5
Assalto a veículo de carga	17
Assalto a veículo de passageiros	4
Crime contra a vida	5
Crime contra o patrimônio	45
Tráfico de Seres Humanos	0
Crimes contra a criança e adolescente	22
Transporte de trabalhador escravo	0
Crimes de trânsito	626
Crimes contra administração	0
Outras intervenções	343

	2010
CONTRABANDO / DESCAMINHO	QUANTIDADE
Cigarros (pacotes)	141353
Medicamentos (un)	80626
Alimentos (kg)	0
Bebidas (litro)	31360
Combustíveis (litro)	0
Equipamentos Eletrônicos e Informática (un)	20211
Fitas e CD's (un)	72976
Outros	29000

	2010
OPERAÇÕES E COMANDOS	QUANTIDADE
Operações Especiais	4
Operações Eventuais	7
Operações Integradas de Seg. Pública	1
Operação Conjunta com outro órgão	5
Operação Nacional	3
Operação de Férias e Feriados Nacionais	8
Operação Regional	8
Operação Regional - Festividades e Eventos	2
Operação de Reforço	8
Operação NOE Regional	25
Operação NOE Nacional	0
Operação Emergencial	0
Operação de Apoio a outro órgão	3

	2010
AUTUAÇÕES	QUANTIDADE
Manual	202710
Radar	254390
TOTAL	457100

	2010
ACIDENTES	QUANTIDADE
Com Mortes	333
Com Vítimas	3381
Sem Vítimas	8540
Ignorado	0
TOTAL	12254

8. Suprimento de bens

No âmbito de todo Departamento de Polícia Rodoviária Federal foi priorizada a adoção do Pregão Eletrônico como modalidade licitatória visando ampliar a concorrência e consequentemente aumentar os percentuais de economia.

As licitações na 6ª SR-SP/DPRF/MJ ensejaram em contratos vigentes, foram efetuadas foi priorizada a adoção do Pregão Eletrônico como modalidade licitatória visando ampliar a concorrência e consequentemente aumentar os percentuais de economia.

As licitações na 6ª SR-SP/DPRF/MJ ensejaram em contratos vigentes, foram efetuadas 41 contratações diretas, por dispensa e inexigibilidade de licitação, conforme tabelas a seguir.

INEXIGIBILIDADE			
Nº	PROCESSO	OBJETO	VALOR
1	08658026019/2009-18	Contratação de empresa para o fornecimento de água e esgoto no exercício de 2010, visando atender a SEDE da 6ª SRPRF/SP, 2ª Delegacia/ São José dos Campos, 3ª Delegacia/Atibaia, 4ª Delegacia/Itapeverica da Serra, 5ª Delegacia/Registro, 6ª Delegacia/Taubaté, 7ª Delegacia/Ubatuba, 8ª Delegacia/Cachoeira Paulista e 10ª Delegacia/Marília.	R\$ 70.000,00
2	08658026015/2009-21	Contratação de empresa para o fornecimento de água e esgoto no exercício de 2010, visando atender a 9ª Delegacia/São José do Rio Preto.	R\$ 8.000,00
3	08658026013/2009-32	Contratação de empresa para o fornecimento de água e esgoto no exercício de 2010, visando atender a 10ª Delegacia - Posto de Guaiçara	R\$ 1.500,00

4	08658026016/2009-76	Contratação de empresa para o fornecimento de água e esgoto no exercício de 2010, visando atender a 1ª Delegacia/Guarulhos	R\$ 18.000,00
5	08658026014/2009-87	Contratação de empresa para aferição de medidores de velocidades (radares) e de etilômetros no exercício de 2010, visando atender as necessidades da 6ªSRPRF/SP	R\$ 35.000,00
6	08658026017/2009-11	Contratação de empresa para pagamento do seguro obrigatório das viaturas da 6ª SRPRF/SP, no exercício de 2010.	R\$ 30.000,00
7	08658004463/2010-16	Contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção de etilômetros INTOXIMETERS, ALCO-SENSOR IV, visando atender as necessidades da 6ª SRPRF/SP.	R\$ 4.129,60
8	08658010960/2010-45	Contratação de empresa especializada para aquisição de adaptadores para coldre visando atender as necessidades da 6ªSRPRF/SP.	R\$ 1.600,00

DISPENSA			
Nº	PROCESSO	OBJETO	VALOR
1	08658026012/2009-98	Contratação de empresa para o fornecimento de energia elétrica, no exercício de 2010, visando atender a 1ª Delegacia/Guarulhos, 3ª Delegacia/Atibaia, 5ª Delegacia/Registro, 7ª Delegacia/Ubatuba e 8ª Delegacia/Lorena.	R\$ 109.000,00
2	08658026008/2009-20	Contratação de empresa para o fornecimento de energia elétrica no exercício de 2010, visando atender a 1ª Delegacia/Guarulhos, 2ª Delegacia/São José dos Campos, 6ª Delegacia/Taubaté e 8ª Delegacia/Cachoeira Paulista.	R\$ 130.000,00
3	08658026009/2009-74	Contratação de empresa para o fornecimento de energia elétrica no exercício de 2010, visando atender a SEDE da 6ªSRPRF/SP e a 4ª Delegacia/Itapeverica da Serra.	R\$ 100.000,00
4	08658026010/2009-07	Contratação de empresa para o fornecimento de energia elétrica no exercício de 2010, visando	R\$ 19.000,00

		atender a 3ª Delegacia/Atibaia.	
5	08658026011/2009-43	Contratação de empresa para o fornecimento de energia elétrica no exercício de 2010, visando atender a 9ª Delegacia/São José do Rio Preto e 10ª Delegacia/Marília.	R\$ 53.000,00
6	08658026007/2009-85	Contratação de empresa para o fornecimento de energia elétrica no exercício de 2010, visando atender a 10ª Delegacia/Marília - Posto Ourinhos.	R\$ 19.000,00
7	08658003458/2010-88	Contratação de curso de aperfeiçoamento na área de Administração orçamentária, Financeira e Contratações Públicas, ministrada pela Escola de Administração Fazendária.	R\$ 450,00
8	08658002885/2010-49	Contratação de empresa para o fornecimento de Fonte de Alimentação para utilização em radiocomunicadores, visando atender as necessidades do Núcleo de Telemática da 6ª SRPRF/SP.	R\$ 6.860,00
10	08658003717/2010-71	Contratação de empresa para executar serviço de reforma na Seção de Recursos Humanos da 6ª SRPRF/SP.	R\$ 14.650,00
11	08658026020/2009-34	Contratação de empresa especializada no fornecimento de água mineral, visando atender as necessidades da Sede e da 1ª Delegacia da 6ª SRPRF/SP.	R\$ 2.992,50
12	08658026018/2009-65	Contratação de empresa para aquisição de carimbos e correlatos visando atender as necessidades da 6ª SRPRF/SP.	R\$ 2.000,00
13	08658009169/2010-92	Contratação de empresa especializada para a aquisição de software de gerenciamento e tratamento do controle de acesso, visando atender as necessidades da Sede da 6ª SRPRF/SP.	R\$ 3.000,00
14	08658009453/2010-69	Contratação de empresa para o fornecimento de 1400 (um mil e quatrocentos) pacotes de 500g de café torrado e moído, embalado a vácuo, Tipo Superior, de qualidade superior, visando atender as necessidades da 6ª SRPRF/SP.	R\$ 5.699,99
15	08658009780/2010-11	Aquisição de material de uso veterinário para atender as necessidades do canil da 6ª SRPRF/SP instalado na 1ª DEL em Guarulhos/SP.	R\$ 354,80
16	08658006659/2010-37	Contratação de empresa especializada para realizar o transporte de móveis e bagagens,	R\$ 4.400,00

		visando atender a remoção ex-officio, portaria nº 293 da Coordenação-Geral de Recursos Humanos do DPRF.	
17	08658002834/2010-17	Contratação de empresa especializada para realizar serviço de manutenção no sistema de iluminação no posto da PRF em Ubatuba - 7ª delegacia.	R\$ 3.420,00
18	08658014534/2010-81	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos para confecção de impressos para atender as necessidades da JA RI/6ºSRPRF/SP.	R\$ 1.730,00
19	08658014158/2010-24	Contratação de empresa especializada para fornecer material de pintura visando atender as necessidades do CT/6ªSRPRF/SP.	R\$ 1.545,20
20	08658015569/2010-37	Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de dedetização visando atender as necessidades da Sede da 6ªSRPRF/SP.	R\$ 2.400,00
21	08658019325/2010-23	Contratação de empresa para locação de sala para realização de curso de formação de pregoeiros promovido pelo DPRF a ser realizada na cidade de São Paulo/SP nos dias 15/09/2010 a 18/01/09/10	R\$ 7.940,00
22	08658028576/2010-07	Contratação de empresa para realização de serviço gráfico visando atender as necessidades da 6ªSRPRF/SP.	R\$ 1.240,00
23	08658029947/2010-60	Contratação de empresa especializada para fornecer serviço de transporte de bagagens visando atender a exoneração do servidor Luciano Fernandes.	R\$ 7.100,00

GASTOS GERAIS	
DESCRIÇÃO	VALOR
1. PASSAGENS	R\$ 137.201,81
2. DIARIAS RESSARCIMENTO DE DESP. EM VIAGENS	R\$ 1.175.822,96
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	R\$ 910.503,33
3.1 PUBLICIDADE	0
3.2 VIGILÂNCIA, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	R\$ 680.734,12
3.3 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	R\$ 91.142,08
3.4 OUTRAS TERCEIRIZAÇÕES	R\$ 229.769,21
4. SUPRIMENTO DE FUNDOS/CARTÃO CORPORATIVO	R\$ 8.428,03

8.1 Leilão

Os leilões de veículos oficiais e outros bens realizados pelo Órgão proporcionaram um ingresso nos cofres da união, de acordo com o Sistema SIAFI, a arrecadação de R\$ 796.850,00 (Setecentos e noventa e seis mil, oitocentos e cinquenta Reais).

8.2 Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd	Unidade Administrativa
01/2008	8	8	Sede 6ª SRPRF/SP, Centro de Treinamento
06/2010	6	70	Sede 6ª SRPRF/SP e Delegacias
15/2010	1	25	Sede 6ª SRPRF/SP
15/2010	9	3	Sede 6ª SRPRF/SP, Centro de Treinamento
17/2010	3	1	Sede 6ª SRPRF/SP
17/2010	4	1	Sede 6ª SRPRF/SP
18/2010	9	2	Sede 6ª SRPRF/SP

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis
5. Serviços de Brigada de Incêndio
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
7. Higiene e Limpeza
8. Vigilância Ostensiva

9. Outras

9. Área de Gestão

A realização do II Curso de Atualização Técnica para Gestores do DPRF, incluindo aí os Chefes de Delegacias Regionais, Chefes de Seções de Policiamento e Fiscalização e Substitutos dos Superintendentes, representando todas as 26 unidades Regionais num total de **205** servidores. Da mesma forma, a realização do I Curso de Atualização Técnica para Superintendentes e Chefes de Distrito Regionais, representou um marco na área, principalmente pela participação de **25 dos 26** servidores habilitados para participarem do evento que, além de propiciar o conhecimento, possibilitou maior integração e discussão, tão necessários para a harmonia e comprometimento organizacional.

Outra importante implementação trata-se da capacitação de **33** servidores do DPRF que foram contemplados com cursos de pós-graduação relacionados à área em que atuam, em contrato firmando junto a Fundação Getúlio Vargas. No mesmo caminho, seguiu a contratação da Casa Thomas Jefferson no sentido de oferecer a 70 servidores, ocupantes de funções estratégicas do DPRF, dois anos de curso para aprendizado da língua inglesa, tendo em vista a iminente realização de eventos internacionais no país.

10. Área de Inteligência e Segurança Orgânica

Nessa área **36** servidores foram capacitados em oito cursos distintos, dentre os quais o *II Curso Básico de Procedimentos de Inteligência* que reuniu representantes de quase todos os NUINTs do DPRF.

11. AÇÕES RELACIONADAS À ATIVIDADE MEIO DO DPRF

11.1 Área de Ações Correicionais

Em 2010 repetiu-se o ocorrido em 2009 e a ação com mais destaque dessa área foi a formação de servidores para atuar como membros de comissão de Processo Administrativo Disciplinar, num total de **69 dos 357** servidores capacitados na área, graças a importantes parcerias realizadas com a CGU, em várias Regionais. Contudo, a realização de três turmas do Curso de Capacitação ao Serviço Operacional Disciplinado para **217** servidores e de duas turmas do Curso de Investigação Correicional, **65** servidores, em abrangência nacional, contribuindo para o desenvolvimento das ações correicionais do DPRF, mostrando a importância de enraizar a cultura do ensino em todas as áreas de nossa instituição.

11.2 Área de Administração

Cursos de Gestão de Contratos, Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência, Curso para Gestores Setoriais SCDP, Pregão Presencial, Pregão Eletrônico e de Sistema de Registro de Preços, Curso de Gestão de Arquivo e Documentação e Formação de Pregoeiros estão entre as ações desenvolvidas nessa área com a participação de **242** servidores em **33** ações. Aqui, merecem destaque o Curso de Procedimentos Administrativos de Trânsito, **77** servidores, o Treinamento de Gestores e Administradores de Frota – TicketCar, **39** servidores, o Curso de Fiscalização e Gerenciamento de Contratos de Obras, **30** servidores.

11.3 Área de Recursos Humanos

Na área de recursos humanos foram **12** ações de capacitação com participação de **95**, dos quais **48** participaram do Módulo SIAPE de Cadastramento e Aposentadoria e **26** do Fórum de

Vigilância e Promoção à Saúde do Servidor, onde todas as Regionais foram representadas.

12. CURSO DE ATUALIZAÇÃO PARA GESTORES

Evento que teve como público alvo os Chefes de delegacia, Seção de Policiamento e Fiscalização das Superintendências Regionais, dos Núcleos de Policiamento e Fiscalização dos Distritos Regionais e dos substitutos dos superintendentes e chefes de distrito. Foram disponibilizados os materiais utilizados pelas disciplinas presenciais e também conteúdos suplementares que puderam ser acessados a qualquer momento pelo aluno inscrito no curso presencial. Participaram do evento 201 servidores que se encaixaram no perfil do curso.

12.1 ATUALIZAÇÃO EM LEVANTAMENTO DE LOCAL DE ACIDENTE

Curso avançado de Levantamento de Local do Acidente, voltado para a disponibilização de um repositório de materiais utilizados no Curso, com conteúdos e ferramentas pertinentes ao assunto. Também funcionou como um espaço para reflexões, discussões e críticas, que puderam ser desenvolvidas nos fóruns e chats. O referido curso contou com a participação de 129 servidores e ficou sob responsabilidade da CGO.

12.2 CURSO DE FORMAÇÃO DE GESTORES PARA DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Este curso teve como objetivo preparar e atualizar Orientadores de Cursos e Formadores de novos Instrutores para o DPRF nas várias áreas de atuação da Coordenação de Ensino, nos cursos de formação, atualização e especialização, conforme Catálogo de Cursos e outros recepcionados pelo DPRF. Houve muitas discussões nos fóruns e a disponibilização materiais de apoio que colaborou na execução do curso. No total, 37 servidores participaram do curso que ocorreu na cidade de Cachoeira-Paulista. Caso algum deles necessite de algum material oferecido no curso, poderá acessar a página na UnED que terá acesso.

12.3 DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO

As ações de educação para o trânsito do DPRF estão previstas na Ação 8692, verba específica para ser usada com usuários das rodovias federais. Em âmbito nacional, as ações são coordenadas pela própria DITRAN. Já em âmbito regional, a responsabilidade pelas ações de educação para o trânsito é da Comissões Regional de Educação para o Trânsito – CRET, nomeadas pelos superintendentes e chefes de distrito. Toda e qualquer ação de educação para o trânsito que ocorre promovida pelas CRET's deve passar pelo crivo da DITRAN e posteriormente os resultados devem ser encaminhados para controle e relatório. No ano de 2010, a DITRAN passou a adotar o procedimento de liberar verba apenas para ações de educação para o trânsito que apresentassem projeto básico detalhando metas e custos, dentre outros.

A DITRAN utiliza o sistema EDUCATRAN, ambiente criado para controle das ações de educação para o trânsito em todo o Brasil. Porém, no ano de 2010, a versão que estava sendo utilizada apresentou problemas de operação e teve de ser substituída. Para tal, a DITRAN contou com a colaboração do servidor Jefferson Andrade de Carvalho, lotado no 1º DRPRF/DF, que foi convocado para realizar tal trabalho.

Durante o ano de 2010 as ações de educação para o trânsito sofreram uma redução

considerável, tendo em vista a restrição de publicidade institucional imposta pelo período eleitoral. Vários foram os questionamentos encaminhados as áreas responsáveis sobre a real necessidade de suspensão das atividades imposta por documento encaminhado as regionais. Infelizmente não se obteve uma resposta finalística a questão ficando o processo de conscientização, educação e redução de futuros acidentes prejudicada. Mesmo assim vários projetos foram executados fora do período compreendido entre os meses de junho e novembro

Dois projetos merecem destaque pela qualidade e pela capacidade de atingir público: O FETRAN e o Cinema Rodoviário. O primeiro é o Festival Estudantil Temático Teatro para o Trânsito, realizado anualmente desde 2004 na 2ª SRPRF/MT e que está se difundindo para outras Unidades Regionais. Em 2010 houve FETRAN no Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul, no Amazonas, No Espírito Santo e no Rio de Janeiro (3ª Edição). A DITRAN está trabalhando para que este projeto aconteça em todas as Regionais e se torne um projeto nacional de educação para o trânsito do DPRF. Já o Cinema Rodoviário é um projeto iniciado na 4ª SRPRF/MG e que, em 2010, foi vencedor do XVII Prêmio Volvo, na categoria empresa. Trata-se de um projeto de baixo custo com resultados expressivos. Ainda funciona de forma precária em instalações improvisadas, mas há iniciativas para a compra de um caminhão projetado para abrigar o Cinema Rodoviário, que circularia por todo o país levando a educação para o trânsito.

Segue abaixo quadro com os principais projetos de educação para o trânsito realizado pelas Unidades Regionais de Educação para o Trânsito do DPRF, e a verba correspondente utilizada para a sua realização.

13. Funcionamento do sistema de controle interno

13.1 Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações				X	

úteis à tomada de decisão.					
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					

LEGENDA**Níveis de Avaliação:**

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

14. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Papel Reciclado				X	
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? Sim, Veículos Flex				X	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 			X		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis				X	

descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? 			X		
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? 			X		
Considerações Gerais:					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

15 – Renúncias Tributárias

(Não há?)

16 – Informações Contábeis da Gestão**16.1 Declaração do contador responsável**

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
6ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/SP		200117	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, a seguinte:</p> <p>a) Falta de registro da depreciação dos bens móveis adquiridos no exercício de 2010, em desacordo com a Macrofunção Siafi 02.30.30 – Reavaliações, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal; • O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e • A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	09 de março de 2011
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC n.º	DF 9.261/O-7

José Carlos Gomes
 COORDENADOR PROG/SEM/J
 Coordenador